

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ensino e escrita da História em tempos de crise: “Dos Black Blocs à Pandemia do Covid (2013- 2021)”*

Anselmo Ferreira Machado Carvalho¹

1. Introdução

Com a crise de 2013, antigos conceitos foram apropriados pelos sujeitos contemporâneos, a exemplo do fascismo, do comunismo e do anticomunismo, ditadura, ideologia, democracia, dentre outros. Esses conceitos passaram a circular nas redes sociais e nos grupos de internet sem o devido apuro e por vezes, com interpretações que fugiam a uma análise mais apurada em termos científicos.

Eventos do passado trazidos à tona como o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar que se seguiu, passaram a ser disputados enquanto narrativa nos meios populares e na mídia. O Ato Institucional número 5, o AI-5, decretado no 13 de dezembro do ano de 1968, que cerceou liberdades individuais e cassou mandatos parlamentares, voltou às manchetes de jornais e noticiários televisivos depois de manifestações de rua com cartazes pedindo intervenção militar e fechamento das atividades do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. O clímax se deu com a prisão expedida pelo STF do deputado Daniel Silveira do PSL do RJ por apologia ao AI-5.²

O termo “comunista” que num passado recente, foi atribuído a “comedor de criancinha” pelo senso comum, atualmente foi alargado e negativizado. Comunista passou a se referir não apenas ao sujeito político que defende os princípios da teoria marxista, mas quaisquer

* Este artigo é parte das propostas de reflexão do projeto PIBIC-EM/CNPq/ 2020 – Edital 06/2020/PROPEX/IFS da Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe, financiado pelo CNPQ. Contou com a participação de 7 estudantes bolsistas do Ensino Médio Integrado do Campus Lagarto, dos cursos de Redes de Computadores, Edificações e Eletromecânica: Brenda Lima Santos, Rafaela Natália Rodrigues Amorim, Ana Beatriz Souza Silva, Ian Fernandes Oliveira Andrade, Maria Eduarda de Santana Moreira, Roberta Hora Menezes e Vinicius Santos Germano. Foi também confeccionado um site pelos alunos como ferramenta didática de apoio ao ensino, o site : <<https://sites.google.com/academico.ifs.edu.br/pibic-jnior/p%C3%A1gina-inicial>>

¹ Professor do IFS Campus Lagarto. Doutor em História na UFBA. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8986034812268577>

² Ver matéria: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/12/conselho-de-etica-da-camara-da-seguimento-a-processo-que-pode-levar-a-cassacao-daniel-silveira.ghtml>>. Acesso em 21/03/2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indivíduos que se colocassem ao lado da democracia, liberais, artistas nas redes sociais e até membros do judiciário que se posicionassem na defesa do Estado Democrático de Direito.

No meio de uma Pandemia do Coronavírus, iniciada em março de 2020, aqueles que seguiam orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), sobretudo os governadores dos estados federados, foram taxados de “outsiders” da verdade por grupos extremistas e muitos seguidores do presidente da república que a todo instante atacavam as instituições estabelecidas.

Na outra margem do espectro social, novos temas surgiram na semântica social brasileira, como a precarização das relações do trabalho, a “uberização”, empreendedorismo, novas formas de relações sociais e canais de expressão de ideias através das redes sociais, youtubers, influenciadores digitais, que expressavam suas opiniões, formavam públicos, modelavam comportamentos, funcionavam como espécies de “intelectuais” na acepção do termo em GRASMCI (1982) e SIRINELLI (2003).

A crise brasileira iniciada em 2013, se caracterizou pelas manifestações de rua que pediam diminuição da passagem de ônibus, a interferência dos Blacks Blocs³, os milhares de anônimos que foram às ruas pedindo o fim dos partidos políticos e das instituições democráticas. Corroboraram com esse cenário, a operação Lava Jato instituída em 2014 e a queda da presidenta Dilma Rousseff em 2016, sem crime de responsabilidade. Os governos Temer (MDB) e Bolsonaro (Sem Partido), foram, ambos, continuidade desse processo, “temperado” pela Pandemia do Covid 19 e sua ação devastadora no Brasil.

O problema de pesquisa se concentrará na forma como as ciências humanas e, em especial a historiografia, reagiram a essas apropriações de conceitos e narrativas e, quais produtos historiográficos surgiram frente à essa crise. Além desta questão, emergiram uma infinidade de novas fontes que ajudam a conectar os fios dessa rede (Charges, memes, blogs, redes sociais, podcasts) e a emergência de escritores e pensadores sobre o tema.

Variedades de pensamentos políticos e análise interpretativas do Brasil voltaram a ocupar as preocupações de historiadores e cientistas sociais brasileiros. O livro do sociólogo

³ Matéria que visibilizava a tática Black bloc nas manifestações de rua em São Paulo no ano de 2013. <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml?cmpid=menupe>> Acesso em 11/05/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Jessé Souza “*A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*”, a coletânea organizada por Hebe Mattos, com textos de dezenas de historiadores, intitulada “*Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado*” de 2016 e, mais recentemente, o livro da historiadora Lilian Schwarcz “*Sobre o autoritarismo brasileiro*” editado pela Companhia das Letras em 2019, são exemplos.

Os meios acadêmicos, principalmente das ciências humanas, deram resposta através da oferta da disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Inicialmente proposta pela Universidade de Brasília (UNB) alcançou outras universidades. A disciplina fez parte do curso de Ciências Políticas e foi orientada pelo professor Luis Felipe Miguel.

Essa ação foi política e acadêmica, e teve intuito de combater o discurso dos meios políticos “golpistas” de que não foi e que não houve um golpe parlamentar/midiático. Na ementa da disciplina publicada pelo professor Miguel estavam nítidos os objetivos, inclusive é possível através da análise dessa ementa, assim como outras tantas ofertadas em universidades brasileiras sobre a temática, mapear as produções intelectuais sobre o golpe.⁴

Na iniciativa, o objetivo seria “entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff”⁵.

Outro aspecto, já existente, mas que se intensificou, foi o fenômeno das “Fake News”, as chamadas notícias falsas, motivo de preocupações nos meios sociais e políticos e hoje tratada como crime em muitos estados e objeto de uma CPI mista no Congresso. Atrelado a isto, a manipulação de opinião e múltiplas apropriações dos fatos, que muitos autores conceituaram de Pós-verdade.⁶

Diante desse contexto de ataques a ciência, à história, o veto à regulamentação da profissão de historiador (até 2020), cortes de recursos e bolsas na Capes para a área de Ciências Humanas, como reagiram a história e as ciências humanas? Como podemos fazer a transposição didática desses materiais e discussões para a escola? São questões que tentaremos elucidar. O

⁴ Ver: <<https://static.poder360.com.br/2018/02/disciplinaunbgolpe.pdf>>. Acesso em 12/05/2020.

⁵ Ver <<https://novaescola.org.br/conteudo/10200/13-universidades-planejam-disciplina-sobre-o-golpe-de-2016>> Acesso em 12/05/2020.

⁶ Sobre o fenômeno das pós-verdade e das Fake News ver: D`ANCONA, Matthew. **Pós- Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. 1 Ed. Barueri: Faro editorial, 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ensino de história pode contribuir no entendimento da crise promovendo saídas didáticas e situações interpretativas concretas.

2. História e possibilidades didáticas

A história enquanto narrativa do passado e ciência, poderá contribuir com a problematização dos conceitos, temas e debates trazendo uma visão científica da realidade e propondo soluções didáticas de interpretação e verificação da ação dos grupos, sujeitos e instituições no Brasil atual.

Nesse sentido, estudos sobre a questão da linguagem e da narrativa histórica, que considera diferentes tipos de suportes, tais como livros, filmes, programas televisivos, sítios da Internet, mapas, fotografias etc., são fundamentais para produzir materiais destinados ao uso educativo, considerando também as possibilidades de difusão científica da História.

Analisar os sentidos da escrita da história, ao se verificar a construção de novas narrativas de sujeitos e instituições, fora e/ou dentro do conhecimento historiográfico acadêmico. Feito isso, um possível produto educacional para o ensino de história pode ser a confecção de um material didático ou paradidático de orientação aos docentes do ensino básico de história e áreas afins, no sentido de possibilitar novas ferramentas, novas abordagens de conceitos e metodologias levando em conta a multiplicidade de “versões”, fatos e análises sobre os acontecimentos mais recentes da história brasileira.

Destacamos que alguns procedimentos podem ser úteis, tais como: verificar os veículos e formas de difusão das narrativas históricas; analisar as disputas entre o campo historiográfico acadêmico e novas narrativas advindas dos processos políticos e culturais dos últimos anos; mapear as produções do conhecimento histórico nesse recorte temporal, entendendo as apropriações de conteúdos e conceitos do passado, por hora atualizados, a exemplo de fascismo, comunismo, democracia, golpe, dentre outros.

Para isso, deverá ser confrontado as diferentes versões de sujeitos e instituições sobre temas e conceitos do passado, ressignificados no presente, sob os mais diversos suportes (Mídias, memes, livros, podcasts, quadrinhos, redes sociais, fontes digitais etc.), percebendo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sua historicidade e projetos em disputa nos âmbitos social, cultural, religioso, político e econômico.

As fotografias, por exemplo, contribuem significativamente para perceber os lugares sociais dos sujeitos. São fontes iconográficas que guardam as imagens de um tempo, pois “toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”. (KOSSOY, 1941, p.45)

Estamos no terreno da história do presente, ela é uma dimensão da História Contemporânea? “A diferença entre o velho conceito de História Contemporânea e História do Tempo Presente pode ser definida pela presença viva dos protagonistas e da memória, ainda interagindo com o tempo do historiador, como testemunhos vivos e dinâmicos do passado”. (Napolitano, p.168)

Teoricamente estaremos nos referenciando na História do Tempo Presente em Chauveau e Tétard (1999), na Nova História Cultural, sobretudo nos estudos referenciados por Roger Chartier (1995), ao problematizar as representações do mundo social e as formas como os grupos vêm e moldam a realidade; e os estudos e pesquisas embasados nos pressupostos da Coleção encabeçada de Rene Rémond (2003) que inaugura a chamada Nova História Política.

Para tanto, vamos fazer o debate sobre os intelectuais, enquanto categoria analítica, e sua produção enquanto discurso sobre o passado, como afirmou Le Goff que “na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo”. (1990, p. 51)

Os Historiadores e demais pensadores das ciências humanas são intelectuais, ou se comportam como intelectuais? E os demais sujeitos que atuam nas redes sociais e que tem grande alcance de audiência? Essa questão é salutar para definirmos os sentidos da história nesses tempos de crise.

Problematizar os conceitos é uma tarefa fundamental para o historiador de modo que o faça no sentido de melhor analisar seu objeto. Seriam uma elite? À luz da História Social, pensaremos elite não somente como um conceito definido pelo lugar dos sujeitos nas relações de produção, mas, também, pelas suas opiniões, pensamentos, ideologias, práticas e ações. (HEINZ, 2006)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Gramsci, os intelectuais seriam portadores de um projeto vinculados a uma classe, na disputa pela hegemonia. Eles teriam posição, não seriam “autônomos” e cumpririam a função de influenciar os destinos da política, pois, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, mas nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982)

Para Sartre (1994). Os intelectuais deixavam de ser apenas portadores de habilidades cognitivas e letradas, passando a se posicionar politicamente frente às questões do seu tempo. Saíam das suas especialidades para entrarem no debate público.

Conforme Sirinelli (2003) identificaremos os intelectuais como homens de cultura entre criadores e mediadores. Para os criadores culturais, a notoriedade, extensão da obra produzida e o reconhecimento. Para os mediadores, os critérios seriam, o poder de ressonância e amplificação, o poder de influência ao pensar como as ideias circulam. Aí já se estabelece o diálogo com a Nova História Cultural. Os mediadores, a princípio, teriam mais relevância no mundo contemporâneo do audiovisual e da indústria cultural que os criadores. Daí a importância de se estudar os vetores de transmissão das ideias.

Os intelectuais seriam, para Löwy, uma categoria social, portanto, com origens de classe múltiplas, e seu papel prioritariamente ideológico — o de construção de sentidos, “son los productores directos de la esfera ideológica, los creadores de productos ideológicos-culturales”. (LÖWY, 1978, p.17) No entendimento de Löwy (1978, p.17-18) os intelectuais terminam por seguir “la ley de gravidade” ou seja, deixar-se ceder pelas classes que estão em disputa pelo poder, assim, teriam uma relativa autonomia.

Já a sociologia do conhecimento seria uma tentativa epistemológica de explicar as formulações pensamento a partir das realidades sociais. De outra maneira, “descobrir critérios capazes de determinar inter-relações entre pensamento e ação, ou de resolver o problema do condicionamento social do pensamento”. (MANNHEIM, 1968, p. 286)

Nesse sentido, além dos historiadores, cientistas sociais, outros intelectuais disputam e informam o espaço público através das redes sociais, cada vez mais, imersas num ambiente propício a disseminação de informações e notícias falsas.

3. Produção da historiografia e usos dos conceitos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dos conceitos apropriados pelos historiadores destacaremos, a democracia, o totalitarismo, o comunismo, bastante em voga atualmente, e a memória, pois notamos as lutas de representação pela consolidação de memórias oficiais e de grupos apoiadores do poder instituído. Sobre a democracia, por exemplo, é importante admitir o caráter polissêmico do conceito, expressando-a em seus matizes liberais e na ênfase negativa do modelo marxista, ao explicitar sua aversão às doutrinas socialistas, também chamada de “totalitárias” em alguns casos.

O termo surgiu nos anos 1930 e ganhou notoriedade a partir da Segunda Guerra, período que correspondeu justamente ao repúdio dos regimes totalitários. A partir da década de 1960, há uma tentativa de expansão do conceito de totalitarismo para outros lugares fora da Alemanha hitlerista e da União Soviética stalinista — considerados por Hanna Arendt, os dois países expoentes, de fato, de existência do totalitarismo. (ARENDR, 2013)

Estudos de Hanna Arendt, Brzezinski e Raymond Aron Bobbio são citados por Bobbio em “*Dicionário de política*” (1999) como referenciais nos anos 1950, sobre a definição do conceito de totalitarismo, apontando divergências e as convergências, dentre as quais: partido único, uma ideologia oficial e o regime de terror (polícia secreta e supressão das liberdades).

Para a pensadora alemã, o totalitarismo foi um regime novo, diferenciava-se de outras tiranias e autocracias devido ao seu caráter extremamente afirmativo para uma completa imersão da ideologia totalitária no corpo social. Ainda na trilha de Hannah Arendt, a “política totalitária foi arma para transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos somente passiva e relutantemente se submetem”. (ARENDR, 2013, p.393) O resultado disso foi praticamente a eliminação, no caso da Alemanha hitlerista, dos componentes raciais indigestos para o regime.

Segundo Hanna Arendt (2013) os regimes totalitários foram auxiliados em grande medida pela propaganda, que, por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer a ela. Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda.

Daí muitos discursos emergiram evocando o passado recente de ditadura brasileira e de violações à democracia, numa tentativa expressa de justificar as ações do governo vigente. Para

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

além disso, um conjunto de autores e historiadores respondeu ao processo político estabelecido através de uma escrita retrospectiva e analítica e, sobretudo, em perspectiva histórica.

Sobre o comunismo e anti-comunismo aconteceu o retorno a antigos pensadores do século XX, a exemplo de Raymond Aron que deslegitimava o marxismo enquanto ciência, atribuindo-lhe a alcunha de ideologia e fé secular. Em “*O Ópio dos Intelectuais*”, obra escrita em 1955, uma referência da ciência política à época – Aron chega a usar termos como “fanatismo” e religião dos intelectuais numa crítica direta aos prepostos de esquerda. (ARON, 1955) O livro foi reeditado em 2016 e recomendado por colunistas como bastante atual para o momento.⁷

O contexto da década de 1950 foi marcado pela explanação do presidente russo Nikita Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista, em 1956, dos crimes cometidos pelo stalinismo. Tal fato, provocou a reação dos opositores liberais e os revisionismos posteriores do movimento socialista pelo mundo. Destarte, Motta (2000) em sua tese sobre o anticomunismo brasileiro, destaca que a matriz liberal combatia o comunismo motivados por dois aspectos: a pretensa defesa da democracia liberal, ausente no “autoritário” modelo soviético e a defesa da propriedade privada.

Após a Segunda Guerra, esse discurso anticomunista, segundo o pesquisador, afinou-se com a defesa dos interesses norte-americanos na América Latina e sua crítica foi embasada em valores muito frágeis. Na maior parte das vezes, a crítica liberal ao comunismo se restringia a formulações simplistas, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética. O

⁷ Recomendado por sites de notícias, ver <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/raymond-aron-mapeia-os-mitos-da-esquerda-em-o-opio-dos-intelectuais.html>> e também em plataformas de compras de livros, sob as seguintes recomendações: “Um dos principais ensaios políticos do século XX, ^[1]^[2]^[3]O ópio dos intelectuais é também uma das mais vigorosas críticas já feitas ao marxismo e aos mitos da esquerda. Desde que foi publicado, em 1955, no auge da Guerra Fria e da influência do Partido Comunista sobre a intelligentsia ocidental, o livro tem sido acompanhado de intensos debates e polêmicas. O fim da União Soviética e a crise do projeto comunista não reduziram a sua importância. Ao contrário, deixaram ver o que trazia de mais luminoso: sua defesa da razão, da democracia e da liberdade contra a idolatria política e o autoritarismo. A argumentação corajosa do filósofo Raymond Aron tem três alvos: as representações políticas da esquerda - como a revolução e o proletariado -, a visão marxista-leninista da história - com sua expectativa de um mundo sem classes - e os intelectuais que traem sua vocação para a crítica e a busca da verdade, tornando-se missionários de uma doutrina. Para Marx, a religião era o ópio do povo. Para Aron, "o comunismo é a primeira religião de intelectuais a ser bem-sucedida". Ver: <<https://www.amazon.com.br/%C3%93pio-dos-Intelectuais-Raymond-Aron/dp/8568493289>> Acesso em 11/05/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

caráter convencional destas posições se evidencia quando se faz o contraste com a realidade brasileira: vituperava-se contra a falta de liberdade no regime comunista como se tivéssemos aqui um idílio republicano. (MOTTA, 2000, p. 60)

4. Conclusões provisórias

A internet foi palco das disputas políticas. A extrema direita foi predominante e manipulou conceitos e criou grupos de disseminação de ideias que se baseavam nas teorias sociais clássicas, como o marxismo, os fascismos e os muitos liberalismos. Outrossim, como aponta Maynard: “ao final da primeira década do século XXI, o ciberespaço foi colonizado. Esta ocupação do universo binário em pouco tempo revelou o papel decisivo que a rede cumpriria na vida cotidiana, inclusive na esfera política”. (2013, p. 71)

Foi nesse ambiente da internet que posições negacionistas, contrárias aos pressupostos científicos elementares, ganharam espaço, a ponto de surgirem perspectivas de apreensão da realidade que acreditavam no terraplanismo.

A História nesses tempos de crise, foi mobilizada pelos intelectuais, pelos meios jornalísticos, pelas redes sociais, “gerando” uma infinidade de fontes disponíveis sobretudo nos meios digitais. Dito isso, também se alargou as possibilidades de usos didáticos para interpretar esse momento crucial da vida brasileira ao propor ferramentas didáticas para sala de aula.

5. Referências

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia de Bolso, 2013.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília: ED. UNB, 1980.

BESSONE, Tânia, MATTOS, Hebe, MAMIGONIAN, Beatriz G. (Orgs.) **Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo, ALAMEDA CASA EDITORAL, 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- CHAUVEAU, Agnès. TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: ed. EDUSC, 1999.
- D'ANCONA, Matthew. **Pós- Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. 1 Ed. Barueri: Faro editorial, 2018.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LIMA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2017.
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI**. Cadernos do Tempo Presente, n. 14, out./dez. 2013, p. 71-80 | www.getempo.org
- MARQUES, Ademar. BERUTTI Flávio. FARIA Ricardo (Orgs). **História Contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto. 2005.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.
- PINSKY, Carla (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.
- RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.